



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1948443 - RS (2021/0214657-4)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : HEINZ EGON KETTERMANN
RECORRENTE : LAURELIO ASTOR FRITSCHER
ADVOGADO : GUSTAVO HEINEN - RS051178
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por HEINZ EGON KETTERMANN e LAURELIO ASTOR FRITSCHER, com pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo (fl. 833), contra acórdão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO.

Alegam os recorrentes que (fl. 837):

a tese defendida, desde a instância originária, é a de que a conduta descrita na Denúncia, e pela qual foram condenados em primeiro e segundo graus, não comporta regularidade legal à vista da Lei 8.666/93, uma vez que o procedimento que participaram não foi regido por tal dispositivo legal federal, mas sim pela Lei 11.947/2009.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

Os recorrentes não comprovaram o risco de dano irreparável ou de difícil reparação no caso concreto, pois apenas fizeram o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo sem sequer trazer argumento para sustentá-lo.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se evitar "dano grave, de difícil ou impossível reparação" (AgInt no TP n. 851/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/5/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao recurso especial sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem

deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente